



## EDITORIAL

---

Rosana Maria Badalotti\*  
Márcia Luiza Pit Dal Magro\*  
Cristiane Tonezer\*  
Henrique Aniceto Kujawa\*

---

\* Editoras da Revista Grifos

A Grifos, nesta edição de volume 25, número 40, periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) ao apresentar reflexões sobre desenvolvimento regional, governança territorial, gestão municipal e análise de planos e programas sociais, busca cumprir com o foco e escopo proposto em diálogo à Área de Planejamento Urbano e Regional, a qual abriga este programa de mestrado. Este volume apresenta seis artigos de autores vinculados à área citada, que devido ao seu caráter multidisciplinar e multiprofissional, caracteriza também a diversidade de formação dos autores e filiação institucional vinculada a programas de mestrado.

Esta edição de temática livre apresenta uma diversidade de problemáticas e abordagens teórico-metodológicas que caracterizam o compromisso com a reflexão acadêmica e social ao trazer à tona estudos que abordam análises teóricas e empíricas sobre temas que envolvem questões contemporâneas sobre desenvolvimento regional, governança territorial, gestão municipal e análise de planos e programas sociais, educação com ênfase no caráter autoritário do período Vargas, publicidade como fator de influência política, econômica, ideológica e tecnológica e a logística do Porto de Rio Grande e seus entraves.

O primeiro conjunto de artigos aborda discussões sobre organização das cidades, desenvolvimento regional e governança territorial. Visando compreender a dinâmica biopolítica que rege a organização das cidades, na conformação dos espaços citadinos em que as pessoas transitam ou nos quais devem ficar circunscritas, Sandro Luiz Bazzanella e Silvano Silvero da Silva, concluíram que pensar o desenvolvimento regional é questionar o que de fato a cidade produz, pois a política não poderá produzir espaços públicos, se não for capaz de olhar seus habitantes como seres humanos para

além de suas estruturas biológicas. Afirmam também que se as cidades insistirem na ideia de fortificação, monitoramento, vigilância, separação da população entre os que podem viver e os que serão deixados para morrer, políticas que reproduzem as práticas de campo de concentração, dificilmente poderemos falar em desenvolvimento regional. Em artigo intitulado *Governança nos territórios ou governança territorial: distâncias entre concepções teóricas e a prática*, Valdir Roque Dallabrida, Jairo Marchesan, Adriana Marques Rossetto e Eliane Salet Filippim buscam avaliar práticas de governança territorial no Brasil, a partir de estudos de dois tipos de estruturas de governança: a descentralização político-administrativa, no estado de Santa Catarina e experiências de IG no Brasil. Como resultado, tanto a análise de experiências de processos descentralizadores subnacionais, quanto análises preliminares de experiências de IG, no Brasil, permitem concluir que ainda há uma grande distância entre as concepções teóricas e as práticas de governança territorial.

O segundo conjunto de artigos versará sobre análises a respeito da relação entre gestão municipal, planos e programas socioassistenciais. Intitulado *Instrumentos de gestão municipal: em discussão a relação entre Planos de Governo, Plurianual e de Assistência Social*, os autores Gelcir Bressan Stocco e Dunia Comerlatto apresentam uma discussão sobre os planos de governo, plurianual e o da Assistência Social como instrumentos para desencadear nas atividades e ações de gestão municipal processos participativos e de qualificação no âmbito das políticas públicas. Como resultado, identificou-se a inexistência e/ou baixa capacidade de relação e articulação entre as propostas contidas no Plano de Governo do prefeito eleito, Plano Plurianual (PPA) e o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), bem como o desconhecimento da importância desses planos, como instrumentos de planejamento e gestão pública nos municípios pelos sujeitos da pesquisa. O lugar da

política de assistência social na realidade estudada apresenta lacunas tanto na sua visibilidade como política pública quanto na sua articulação com o planejamento municipal, de modo que não está decisivamente concebida e praticada nessa lógica, por parte de prefeitos e gestores e trabalhadores.

Ainda sobre a análise de programas socioassistenciais, outros dois artigos problematizam sobre os efeitos para a população frente ao recebimento de dois benefícios: o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. O primeiro intitulado, “*O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Chapecó/SC*”, de autoria de Bruna Taize de Medeiros e Viviane Freitas Santos, teve como objetivo caracterizar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Chapecó/SC, questionando se o programa tem a capacidade de alívio imediato da pobreza no curto prazo, e se permite a emancipação das famílias beneficiárias, no longo prazo. Os resultados apontam que o Bolsa Família, no curto prazo, promove alívio imediato da pobreza, porém, no longo prazo não fornece meios para que essas pessoas saiam da situação de vulnerabilidade social na qual se encontram. Por fim, “*Interferências do BPC nas necessidades humanas dos idosos em Canoinhas/SC*” de autoria de Maria Luiza Milani teve como objetivo pesquisar as alterações nas necessidades humanas básicas dos beneficiários idosos do BPC de Canoinhas. Como resultado identificou-se que esse benefício vem contribuindo para um estilo de vida mais saudável e, conseqüentemente, proporcionou melhoria na qualidade de vida destes idosos.

Os três últimos artigos tratam de temas distintos entre si. Daniele Hungaro da Silva no texto em “*A política de Getúlio Vargas e as escolas primárias de Santa Catarina (1930-1945)*” discorre sobre a política de Vargas e seu grupo, bem como o projeto nacionalista para as escolas de Santa Catarina entre os anos de 1930 e 1945. O artigo teve como objetivo compreender o projeto nacionalista de Vargas em suas particularidades,

com ênfase no caráter autoritário que teve este projeto para as escolas primárias de Santa Catarina. Como resultado observou-se que o período do governo de Getúlio Vargas foi marcado por um nacionalismo exacerbado, autoritário, que penetrou as instituições escolares catarinenses. Na perspectiva de transformar as crianças em adultos dóceis e obedientes, no campo simbólico, a produção de discursos nos vários setores daquela sociedade tentou formar a chamada “identidade nacional”.

*“A questão do imaginário socioeconômico de Chapecó e a conformação pela publicidade”* de autoria de Juceli Morello Lovatto e Guilherme Junior Rachele teve como objetivo entender os formatos e características dos anúncios publicitários em jornais da cidade de Chapecó, entendimento considerado essencial para a compreensão de fatores de influências políticas, econômicas, ideológicas e tecnológicas. Como resultados o estudo revela que a mídia impressa ostenta o poder político e o publicitário de interesses comuns, com a utilização da venda de produtos “publicidade” ou de ideia “propaganda”, que se dá, na maioria das vezes, de forma paga. Jornais têm a oportunidade de vender espaços de divulgação, que são comprados por empresas, entidades e/ ou políticos para dar visibilidade a atos, feitos ou pretensões. Tem mais espaço quem paga mais, assim, propaga mais.

Tendo em vista que a lucratividade não está relacionada somente com redução de custos e vendas em grande quantidade, mas sim com a entrega de um produto capaz de ser considerado único nos espaços mercantis, englobando qualidade, preço e serviço ofertado, o último artigo, intitulado “Reforma da Logística do Porto de Rio Grande e Desenvolvimento Urbano”, de autoria de Claússia Neumann da Cunha, destaca os entraves presentes na logística portuária no Porto de Rio Grande (Porto Novo/Tecon). A autora enfatiza que a maior mudança está relacionada à conscientização do empresariado quanto aos empreendimentos necessários para a qualificação

das atividades logísticas que envolvem o modal marítimo. Os gargalos citados no referencial do artigo referem-se à estrutura física portuária e à importância de promover uma melhor capacitação dos profissionais ligados às atividades portuárias, uma vez que é essencial repensar o desenvolvimento urbano na Cidade de Rio Grande e não somente o desenvolvimento da infraestrutura física portuária.

Boa leitura!

**Editores da Revista Grifos**